



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

29/06/2015

INDICE

1. ASSESSORIA	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1
2. CONVÊNIOS	
2.1. JORNAL PEQUENO.....	2
3. DESEMBARGADOR	
3.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	3
4. PONTO FACULTATIVO / FERIADO	
4.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	4
5. POSSE	
5.1. JORNAL PEQUENO.....	5
6. RÁDIO WEB JUSTIÇA	
6.1. JORNAL A TARDE.....	6

Empréstimo consignado é tema do programa Resposta de Direito

O programa Resposta de Direito desta semana, na Rádio Web Justiça do Maranhão, traz uma entrevista com o desembargador Raimundo Barros sobre o que é legal ou não no empréstimo consignado e as situações que fazem com que muitas pessoas recorram à Justiça para garantir seus direitos. O programa é transmitido todos os dias, às 16h e às 21h.

Além de integrante do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão e membro da 5ª Câmara Cível e das Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas, órgãos nos quais o desembargador lida com muitos julgamentos ligados ao tema, Raimundo Barros foi também bancário durante sete anos, função em que conheceu bem a realidade da consignação.

O empréstimo consignado é uma operação em que o cidadão obtém um empréstimo de banco ou financeira. As parcelas são descontadas diretamente da folha de pagamento ou do benefício previdenciário do contratante.

Há normas federais e leis estaduais e municipais que fixam os limites de descontos, normalmente em 30 % do valor

do salário ou benefício. Os juros e outros encargos variam de acordo com o valor contratado.

Na entrevista, o desembargador explica por que as taxas dessa operação têm que ser mais baixas do que as do empréstimo pessoal, quais os cuidados que o contratante deve ter e por que há tantos processos na Justiça questionando a cobrança.

CABANA do Sol, da Ponta do Farol, muito concorrida na tarde de ontem. Do desembargador Jaime Ferreira ao juiz Nemias Carvalho (com a esposa Edna). Do crítico de cinema Marcos Sallem ao blogueiro Oton Lima. De Amaro Santana Leite (e Ana Lúcia) a Clorisval Gomes Pereira (e Tiana). De Marco Antonio Nunes (com Livia Helena e os filhos) ao ex-deputado Carlos Filho.

Rotina da cidade será alterada com o feriado

Comércio, bancos, lotéricas e repartições públicas não funcionam hoje; praças de alimentação e supermercados abrem

Por causa do Dia de São Pedro, 29 de Junho, a rotina de São Luís será alterada hoje. Órgãos e repartições públicas não funcionam. O comércio estará de portas fechadas durante todo o dia, assim como agências bancárias e casas lotéricas. Os shoppings funcionarão em horário diferenciado e os supermercados abrem as portas normalmente. Amanhã, a cidade retoma sua rotina normal. Somente as repartições municipais não funcionarão.

O Governo do Maranhão informou que não haverá expediente nos órgãos estaduais que funcionam no âmbito da capital maranhense hoje. A Prefeitura de São Luís também decretou ponto facultativo para hoje e amanhã, dia de São Marçal, nos órgãos da administração direta, indireta, autárquica e funcional do poder executivo municipal. Nestes dois dias, os serviços públicos considerados essenciais garantirão o

atendimento por meio de escalas de serviço ou plantão. Dessa forma, ficam preservados os serviços essenciais relativos às áreas de urgência, como saúde, limpeza pública, guarda municipal, fiscalização de trânsito e terminais de integração de passageiros.

Justiça - As atividades judiciais do Tribunal de Justiça do Maranhão e da Corregedoria Geral da Justiça serão suspensas em São Luís e nas cidades maranhenses onde foi decretado feriado municipal, conforme Resolução nº 031/2014, publicada no Diário de Justiça Eletrônico. Funcionará apenas o plantão judiciário, para recebimento de demandas de caráter urgente das áreas cível e criminal. Ficam suspensos também os prazos processuais, sendo retomados no primeiro dia útil subsequente.

Segundo a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), o comér-

A cidade hoje

Agências bancárias - fechadas
Agências dos Correios - fechadas
Casas lotéricas - fechadas
Fórum - plantão judiciário
Comércio - fechado
Shoppings - lojas e quiosques fechados, funcionam praça de alimentação e cinemas
Supermercados - abertos
Repartições públicas - Fechadas

cio de São Luís estará de portas fechadas no feriado municipal do Dia de São Pedro. Já os supermercados devem funcionar em expediente normal, das 7h30 às 22h, de acordo com a Associação Maranhense de Supermercados (Amasp).

As agências dos Correios ficarão fechadas durante todo o dia de hoje, assim como casas lotéricas e agências bancárias. Os serviços bancários estarão disponíveis 24 horas por meio dos canais de atendimento alternativos, como caixas eletrônicos, Internet Banking, Mobile Banking.



Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br

Incongruência

Continua em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei (PLS- 236/12), voltado a instituir no Brasil um novo Código Penal (CP), com a atualização de regras de conduta para a nova realidade da sociedade, trazendo temas que sequer eram pensados em 1940, quando o Código foi instituído pela ditadura de Getúlio Vargas.

Alvo de severas críticas por não incorporar sugestões da sociedade e de especialistas em Direito Criminal, o novo ordenamento foi conduzido de forma açodada e pode dificultar a atividade jurisdicional e a Justiça.

Juristas reconhecem que o Código Penal – em vigor desde 1942 e inspirado no código da Itália fascista de Mussolini – merece ser reformado, mas questionam quais condutas merecem ser criminalizadas, e quais políticas criminais e penitenciárias devem ser adotadas a partir de agora.

O objetivo é evitar incongruências e equívocos na fixação de penas, punições na legislação que afeta a vida, a liberdade, a segurança, o patrimônio e outros bens jurídicos de milhões de pessoas, para que Código não se torne um instrumento de injustiças, ao invés de cumprir o seu relevante papel social.

O projeto do novo Código Penal – que trouxe à tona temas considerados tabus – é dividido em duas partes. A primeira (geral) traz um conjunto de normas regulando a aplicação e interpretação dos crimes e penas. A segunda (específica), estabelece a pena para cada tipo de crime. Nenhuma delas escapa das críticas dos juristas.

Problemas estruturais, somados à falta de técnica legislativa e filiação doutrinária coerente, levaram especialistas a considerarem o texto indevido em muitos pontos, com imperfeições técnicas que podem comprometer o devido processo legal, as garantias individuais, as liberdades e o amplo direito de defesa.

Os críticos lançam um cipoal de restrições técnicas ao projeto. Os pontos negativos da proposta seriam suficientes para demonstrar a incongruência do projeto, que tem muitas falhas, faltando coerência entre os seus artigos.

As mudanças, segundo criminalistas, são exageradamente tímidas e não surtirão o efeito desejado. A falta de informação científica em matéria criminal por parte dos parlamentares trouxe ao texto imperfeições técnicas, que podem comprometer o devido processo legal se não forem corrigidas.

As mudanças de vanguarda foram totalmente abandonadas no projeto, que não constitui a síntese das críticas e colaborações encaminhadas ao Congresso Nacional. Faltou concentrar a ação da Justiça nos fatos relevantes, aplicando-se medidas com resultados mais profundos.

Assuntos polêmicos precisam ganhar contornos mais nítidos no projeto do novo Código, tendo em vista as necessidades e os problemas dos cidadãos, que já não encontram parâmetros numa legislação imposta há mais de 70 anos.

O que a sociedade quer é que o novo Código Penal seja realmente fruto de uma preocupação sincera e não apenas uma jogada de marketing do Congresso Nacional, que tem se mostrado uma instituição incapaz de tomar decisões importantes para a população brasileira.

Liberdade de imprensa

O direito à imagem não vale sobre o da liberdade de imprensa quando a divulgação da notícia de interesse público, mesmo com erros materiais, não é feita de forma sensacionalista nem apelativa.

A decisão é da 9ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, ao manter sentença que livrou dois jornais do interior gaúcho de indenizarem um homem que se sentiu ofendido pelas notícias que relataram a sua prisão.

Atuação jornalística

Não é pela possibilidade de abuso que se pode restringir a atuação da imprensa. Liberdade de imprensa não tem meio termo.

O jornalista é quem deve dizer qual é a sua liberdade de manifestação. A criação científica e jornalística — bens de personalidade — não pode ser limitada.

Donos da mídia

A possibilidade de expor ao mundo ideais e pensamentos é tentadora e não escapa à classe política. Entre os empresários donos de empresas jornalísticas, os políticos têm notável representatividade.

Para se ter uma idéia, 271 deles são sócios ou diretores de empresas de radiodifusão no país. Esses números não contabilizam aqueles que têm relações informais ou indiretas, que acontecem por meio de parentes ou “laranjas”.

Mínimo do mínimo

O Brasil já tem direitos mínimos, salário mínimo, tudo é mínimo. Flexibilizar direitos trabalhistas como saída para contornar a crise econômica instalada no País é massacrar o cidadão, que tem o direito de viver dignamente.

Diante de uma crise grave e profunda, não foi adotada nenhuma medida para salvar os empregos de milhares de pais de família. O trabalhador não quer o capital sem rosto, que mata e não apresenta a sua face.

Distante do povo

O Congresso Nacional – cujos membros são eleitos para defender os interesses do cidadão – está cada vez mais distante das questões que inquietam sociedade.

Estudo realizado pela organização Transparência Brasil mostra que 38% das propostas legislativas do Senado Federal se referem a matérias sem importância e sem relevância para o conjunto da sociedade brasileira. Já na Câmara dos Deputados, apenas 7% das matérias sugeridas por deputados federais tem algum impacto na vida do cidadão.

Último suspiro

O brasileiro, definitivamente, vive para pagar impostos. Logo que nasce e veste sua primeira fralda descartável é tributado em 54,75%. Anos depois, se prepara para o primeiro dia de aula. Comprou caderno e lápis? Imposto de 34,99% sobre o valor do produto.

Errar é mais caro: se quiser uma borracha, a fatia para os cofres públicos é de 43,19%. E assim o cidadão segue pagando tributos durante toda a vida. Até o último suspiro, quando é tributado em 35,93% na aquisição de uma funerária.



A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Silva Freire, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado Humberto Coutinho e o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, durante entrega de comenda da Ordem dos Timbiras pelo governador Flávio Dino ao presidente do STF/CNJ, ministro Ricardo Lewandowski que veio a São Luís assumir Termos de Compromissos com os Poderes Executivo e Judiciário



A juíza Oriana Gomes – na foto com o ministro José Reinaldo da Fonseca e outras autoridades – foi bastante elogiada pela Corte durante eleição para desembargador na sessão plenária administrativa extraordinária realizada na última quarta-feira (24), onde a magistrada foi inscrita pelo critério de merecimento. A foto é de Ribamar Pinheiro